

AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO: A PROPÓSITO DOS CONCEITOS DE CENTRO E PERIFERIA

THE THEORIES OF DEVELOPMENT: ABOUT THE CONCEPTS OF CENTRE AND PERIPHERY

Marcos Costa Lima¹

RESUMO:

O artigo tem por objetivo tratar das teorias de desenvolvimento, tendo por eixo central os conceitos gêmeos de centro e periferia. Para tanto, discute as diversas contribuições de autores clássicos no tema, como Rosestein-Rodan, W.W.Rostow, Furtado, Prebish, Perroux, Hirschmann, Gunder Frank entre outros, apontando as suas diferenças teóricas – funcionalistas, liberais, institucionalistas e marxistas, salientando suas abordagens com relação à política. Há uma ampla riqueza teórica sobre desenvolvimento, sobretudo em autores heterodoxos, que criticam o *etapismo* e introduzem os conceitos de assimetria, dualismo, e dependência. Mas também de autores propriamente marxistas, que recusam o desenvolvimentismo, o dualismo, e estabelecem o conceito de imperialismo, de desenvolvimento do subdesenvolvimento, que impediria o desenvolvimento nacional autônomo. O artigo conclui numa tentativa de atualizar a questão, sobretudo a partir das crises sucessivas do capitalismo, que atingem os países do centro, quando a dinâmica do sistema passa a ser puxada pelos periféricos.

PALAVRAS-CHAVE:

Teorias do desenvolvimento; centro e periferia; sistema-mundo; novas hierarquias; novas relações Norte-Sul

ABSTRACT:

The paper aims to address the theories of development, with the central axis in the twin concepts of center and periphery. Discusses the different contributions of classical authors on the subject, as Rosestein-Rodan, W.W.Rostow, Furtado, Prebish, Perroux, Hirschmann, Gunder Frank and others; pointing their theoretical differences - functionalist, liberal, institutionalist, structuralist, marxist-, and stressing their approaches with regard to politics. There is a broad theoretical wealth on development, particularly in heterodox authors as critical of the *stageism*, introducing concepts as asymmetries, dualism, and dependence. But also Marxist authors who, refusing developmentalism, dualism, end by insert concepts as imperialism, development of underdevelopment, which would prevent the autonomous national development. The article concludes attempting to update the question, particularly given the successive crises of capitalism, which affects the countries of the center, when the system dynamics becomes to be driven by peripherals.

1 É professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP-SP e pós-doutor pela Université Paris XIII- Villetaneuse.

KEY WORDS:

Theories of development; center and periphery; world system; new hierarchies; new North-South relations.

Introduzindo o Conceito

O conceito articulado de *centro e periferia*, da determinação da posição de determinados entes em um espaço, é largamente utilizado nas ciências sociais, mas também no urbanismo, na física, na história da ciência. No caso da física e no estudo do átomo, sabemos que os elétrons são minúsculas partículas que vagueiam aleatoriamente ao redor do núcleo central do átomo, onde os prótons e nêutrons são as partículas localizadas no interior do núcleo e contêm a maior parte da massa do átomo.

Já no contexto das ciências sociais, o *centro* nos remete, nos termos do paradigma vigente, às regiões que consolidaram suas hegemonias, não só em termos de produção científica como em termos econômicos, caso da maioria dos países industrializados da Europa, da América do Norte e de alguns países da Ásia.

Já antes do fim da Segunda Guerra Mundial, economistas poloneses, como Kalecki e Rosestein- Rodan² estavam preocupados com o futuro dos países da Europa Central, de como se daria a superação de capitalismo tardio. Sobre qual seria o futuro dessa periferia.

Para os economistas liberais “neo-clássicos”, o subdesenvolvimento seria um atraso na via real do capitalismo. W.W.Rostow³, em 1959, estabeleceu a sua “teoria das etapas” do crescimento econômico como sendo um processo universal evolutivo que toda sociedade, necessariamente, passaria. Seriam cinco as etapas do crescimento: uma sociedade tradicional; passando para um estágio de transição; até alcançar a fase do *Take-off* ou “arranque”; daí para uma fase “madura”, para finalmente atingir a era do consumo de massa. Este percurso, que é o próprio percurso do capitalismo, esteve fundado no pressuposto do progresso, enraizado na cultura ocidental, do progresso técnico, tido como neutro e sendo expressão da racionalidade.

A escola cepalina

Uma teorização diferenciada sobre o desenvolvimento foi estabelecida por Raúl Prebish⁴, dez anos antes, em 1949. Na introdução que escreveu ao

2 ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. “Problems of Industrialization of Eastern and South-eastern Europe.” *Econ. J.* 53, 202-11, June-September, 1943.

3 W.W. Rostow, *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto* (Cambridge: Cambridge University Press, 1958).

4 PREBISH, Raúl, “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”, CEPAL, 1949.

primeiro Estudo Econômico da América Latina “*O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*”, elaborou a tese das “trocas desiguais”, que estruturavam as relações centro-periferia, o que o lançou a secretário Executivo da Comissão Econômica para a América latina. Em seu livro “*Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*”⁵, Prebish analisa o problema do estrangulamento externo da região, e indicava uma debilidade congênita da periferia que era incapaz de reter o fruto de seu progresso técnico. Essas regiões importam manufaturas que aumentam rapidamente, ao passo que suas exportações primárias aumentam lentamente. Esse desequilíbrio só seria superado via industrialização, através de políticas de substituição de importações. Mas a sua interpretação não descarta a política, pois não haveria aceleração do desenvolvimento econômico sem transformação da estrutura social. E para ele, a democracia estaria ameaçada sem um processo articulado de distribuição de renda.

Para muitos desenvolvimentistas latino-americanos, uma concepção *sociocêntrica do desenvolvimento* significaria, sobretudo: (i) recuperar uma visão crítica e de longo prazo; (ii) estabelecer como eixo fundamental o papel do Estado, que assumisse a responsabilidade de contribuir para a definição de uma estratégia nacional de médio e longo prazo, caracterizando o aprofundamento democrático e a superação da pobreza; (iii) centrar na cidadania, ou seja, na criação de uma *institucionalidade participativa*, que seria efetivada por meio da descentralização, da regionalização, da iniciativa local, o que exigiria como contrapartida uma profunda mudança cultural.

Os desenvolvimentistas haviam percebido a mudança no entendimento do conceito de desenvolvimento através da segunda metade do século XX. As próprias transformações vividas pelo capitalismo e seus efeitos perversos em termos sociais produziram como contrapartida uma sociedade civil que foi adquirindo novas formas de articulação e de ação. Os exemplos são muitos, dos movimentos camponeses, de favelados, étnicos, ambientalistas, de gênero, de jovens, de consumidores, de direitos humanos, justamente entre segmentos tradicionalmente marginalizados, até setores de classe média, que passaram a construir pautas mais abrangentes de reivindicação, caracterizando novos atores sociais não tradicionais. Dentre as reivindicações, temas relacionados à solidariedade, participação, associativismo, com reclamos de um desenvolvimento que não se limite apenas ao crescimento econômico, que não responda a essas novas expectativas. Mas, ao mesmo tempo, o tempo dilatado dos regimes políticos de exceção em muitos países periféricos e as políticas de ajuste estrutural adotadas por exigência do Fundo Monetário Internacional fizeram crescer a

5 PREBISH, Raúl, *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Editora Fondo de Cultura, 1964..

adesão entre amplos segmentos das classes altas e médias ao padrão de consumo norte-americano, reforçado pela alienação política.

Um tema que na obra de Celso Furtado⁶ tem um lugar central é o *subdesenvolvimento*, um desafio teórico que se empenhou em decifrar. Para ele, o *subdesenvolvimento* é um processo histórico autônomo, no sentido em que não é uma “etapa” pela qual tenham necessariamente passado as economias que atingiram um grau superior de desenvolvimento. Muito embora reconhecesse essa *autonomia* como necessária para o aprofundamento e equacionamento do fenômeno, ele também entendia que uma economia subdesenvolvida não deveria ser considerada isoladamente da divisão internacional do trabalho no qual está inserida. Dizia mais, ao reconhecer que em suas raízes o subdesenvolvimento é um fenômeno de *dominação*, ou seja, de natureza cultural e política.

A Teoria do Desenvolvimento Econômico em sua formulação deve ter por base uma explicação do processo de acumulação de capital. As escolhas e decisões econômicas são políticas e, no entanto, os investimentos e a inversão decididos pelos economistas são tidos como algo sem ambiguidades. Essa suposta “neutralidade axiológica” dos procedimentos da economia positiva não era aceita por Celso Furtado, e seus argumentos e questionamentos são de outra ordem: “Que relações existem entre a estratificação social, os sistemas de dominação e as mudanças que ocorrem em uma sociedade, em decorrência da acumulação? Como integrar o desenvolvimento econômico no processo de mudança social e relacioná-lo com os sistemas de decisão e as estruturas de poder? ”⁷

Para tratar da condição periférica nos últimos trinta anos, que assiste a uma revolução tecnológica e a um forte e concomitante processo de globalização, é fundamental estabelecer uma articulação entre a *techné* e as teorias do desenvolvimento⁸, sobretudo porque a periferia é tributária da inovação e não o seu foco de criatividade. Nesse sentido, Furtado⁹ estabelece o conceito de “imperativo tecnológico”, ao admitir que a tendência da globalização seria aquela em que os mercados imporiam a sua lógica e ritmo sobre o espaço econômico mundial.

Na história do capitalismo, prevaleceu a concentração geográfica das atividades industriais nos países centrais e uma repartição de renda mais igualitária nesses países. Seja porque a ação dos trabalhadores organizados e suas lutas redundaram em aumento dos salários reais, exigindo de seus governos políticas protecionistas para a defesa dos mercados internos, seja porque esses

6 FURTADO, Celso *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983., p.148.

7 FURTADO, Celso, *Prefácio a Nova Economia Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.25

8 COSTA LIMA, Marcos. *Revisitando a Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Contratempo Editora e Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

9 FURTADO, Celso, *Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p.26

países não sofreram o processo colonial. O dinamismo da economia capitalista, assim, provinha da interação de dois fatores: a *inovação técnica*, que se traduz pelo aumento da produtividade e que em seu desenrolar opera pela redução da procura por mão de obra, e a *expansão do mercado*, que crescia com o aumento da massa salarial.

É importante assinalar aqui a concepção inerente à lógica de capital, onde o desenvolvimento de uma sociedade não é alheio à sua estrutura social e, mais ainda, que o aumento da eficácia do sistema, em geral apresentado como o principal indicador do desenvolvimento por economistas conservadores, não é condição suficiente para que sejam mais bem satisfeitas as necessidades elementares da população. Tem-se mesmo observado a degradação das condições de vida de uma massa populacional como consequência da introdução de técnicas mais sofisticadas¹⁰. Ou seja, não basta o avanço técnico e que o mesmo seja apropriado apenas por alguns grupos sociais. Trata-se, então, de introduzir a questão da qualidade do desenvolvimento, de como o esforço de inovação e de produção tecnológica irá beneficiar o maior número possível de pessoas e não gerar ou reforçar uma estrutura de privilégios.

Uma outra heterodoxia

Há uma ampla riqueza teórica sobre desenvolvimento, sobretudo em autores heterodoxos como François Perroux¹¹; Gunnar Myrdal¹² e Albert Hirschman¹³, que criticam o *etapismo* e falam de assimetrias, dualismo, e dependência. Mas também de autores propriamente marxistas, que recusam o desenvolvimentismo, o dualismo, e introduzem o conceito de imperialismo, do passado colonial, que impediria o desenvolvimento nacional autônomo. É nesse sentido que André Gunder Frank¹⁴ vai aprofundar a tese do “desenvolvimento do sub-desenvolvimento”, reforçada por complementações de Samir Amin¹⁵ e Arghiri Emmanue¹⁶, que tratam dos mecanismos de acumulação mundial, dos quais só se escapa pela ruptura. A história intelectual da teoria do sistema mundo, atribuída a Immanuel Wallerstein¹⁷, mas com aportes de Amin e Frank, tem

10 FURTADO, Celso, *Introdução ao Desenvolvimento*. Enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

11 PERROUX, François, *L'économie du XXème Siècle*, Paris:PUF, 1969.

12 MYRDAL, G. *Economic Theory and Underdeveloped Regions*, Harper and Row., 1957:

13 HIRSCHMAN, Albert, *The Strategy of Economic Development*: Yale University Press, 1958

14 GUNDER FRANK, A, *The Development of Underdevelopment*. Monthly Review Press, 1966

15 AMIN, Samir, *Le développement Du capitalisme em Côte-d'Ivoire*, Paris : Ed. De Minuit, 1967

16 Emmanuel, Arghiri, *L'échange inegal. Essai sur les antagonismes dans les rapports économiques internationaux*, Paris: Maspero, 1969.

17 WALLERSTEIN, Immanuel, *The Modern World-System, vol. I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York/London: Academic Press., 1974.

raízes na sociologia clássica, na política econômica marxista e no pensamento dos teóricos da dependência.

As obras de Amin e Emmanuel explicitam a dimensão da punção que sofrem os países periféricos, pois os termos de intercâmbio se degradam, as disparidades se perpetuam em função da troca desigual entre eles. Para Amin, a transferência do excedente para o centro, sob formas variadas, é a questão central, e esses mecanismos de acumulação primitiva alimentam a expansão capitalista¹⁸.

Para Chase-Dunn¹⁹, o moderno Sistema-mundo pode ser entendido estruturalmente como um sistema estratificado, por um lado composto por sociedades centrais que são econômica, cultural e militarmente dominantes, e elas próprias em competição entre si, e por outro, por regiões periféricas e semiperiféricas. Algumas regiões dependentes foram bem sucedidas em melhorar suas posições com relação à ampla hierarquia centro-periferia, ao passo que a maioria simplesmente não alterou suas posições periféricas e semiperiféricas. Essa perspectiva estrutural na história mundial permite-nos analisar o perfil cíclico da mudança social e o padrão de longo prazo de desenvolvimento em perspectiva histórica e comparativa.

A entrada no Século XXI em termos comparativos mundiais manteve a concepção centro-periferia, quando o núcleo do grande capital internacional não apenas ganhou uma espacialização planetária, mas realizou uma transformação técnico-produtiva radical. A esfera dependente do sistema estrutura e aprofunda a sua dimensão de exportadora de capitais, através do mecanismo permanente de punção da dívida, que articula instabilidade política, social e econômica, sem minimizar a escala predatória do meio ambiente.

A profundidade das mudanças e sua rapidez transformam a uma só vez a realidade social e as categorias interpretativas. A consolidação da hegemonia financeira, mediada seja pelas Bolsas de Valores, seja pelos Fundos Mútuos e de Pensão passa a redefinir uma nova orientação geoeconômica sob o controle dos Estados Unidos da América. Nesse novo cenário, a América Latina abandona por completo o projeto de desenvolvimento, quer autônomo ou dependente, condicionada agora pela falência financeira que exige o controle não apenas dos sistemas bancários nacionais, através das privatizações, mas dos Estados e de seus instrumentos de intervenção. Como bem afirma Fiori²⁰ (2001:82), “o capital financeiro diluiu e flexibilizou ao máximo as fronteiras variáveis dos seus

18 COSTA LIMA, Marcos, *Região e desenvolvimento no capitalismo contemporâneo. Uma interpretação crítica*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p.146.

19 CHASE-DUNN, Christopher, *Encyclopedia of Sociology*. Edited by George Ritzer. London, Blackwell, 2007, p.1060.

20 FIORI, José Luis, *Sistema Mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano*. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.: *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 39-75.

territórios econômicos, passando de um para outro país e região mundial sem se propor nenhuma fixação permanente, nem muito menos qualquer tipo de projeto ‘civilizatório’ para a periferia do sistema”, o que torna reféns os países da periferia, atados à lógica dos movimentos internacionais do capital e sujeitos aos seus humores e crises.

A discussão teórica e empírica contemporânea, decorrente dos processos de globalização, que incidem sobre as transformações ocorridas no espaço, nas tecnologias, nos processos produtivos, na manutenção das desigualdades sociais, nas dinâmicas regionais, nos territórios, nos fenômenos da metropolização do meio ambiente e no papel do estado, passou a exigir uma abordagem inter, multi e transdisciplinar como condição para enfrentar essas novas realidades e fenômenos. - Como explicar o fato de que as atividades econômicas tendem a se concentrar em um número finito de pontos bem definidos no espaço? Como explicar as novas hierarquias e centralidades do desenvolvimento?

A Contribuição dos Geógrafos

Do ponto de vista da geografia, os primeiros estudos que procuraram identificar uma estrutura urbana que se organiza em torno de uma dicotomia centro/periferia, com certeza, possuíam uma característica muito mais descritiva do que propriamente teórica ou paradigmática. De uma maneira geral, as constatações empíricas da estruturação urbana e a distribuição/segregação da população em determinadas regiões dentro da cidade puderam ser observadas nos estudos de Georg Simmel e Max Weber, que influenciaram em grande medida as pesquisas desenvolvidas pela Escola de Chicago. Em 1925, Burgess realiza um estudo pioneiro, onde propõe a construção de um modelo analítico que compreende a expansão da cidade através de um ponto central e de diversos círculos concêntricos em direção à periferia e que delimitariam espacialmente as diversas formas de agrupamento social-funcional de uma cidade.

A partir de uma perspectiva funcionalista, tratava a segregação, a dispersão e as desigualdades urbanas sob análises centradas exclusivamente no indivíduo, tendo por base a noção de que as suas decisões de moradia seriam pautadas exclusivamente pelos gostos, preferências e redes de sociabilidade. Tratava-se, portanto, de um reducionismo que fazia da produção social do espaço um mecanismo de racionalidade individual, deixando de lado as variáveis conjunturais e estruturais.

Abordagens diferenciadas e críticas buscavam entender as áreas e espaços urbanos periféricos distantes, precários e desvalorizados no mercado imobiliário, além dos conflitos que ocorriam em razão, por um lado, da violência do status-quo e da marginalização e, por outro, a demanda por assentamentos urbanos por parte das populações pobres, sem acesso a alternativas habitacionais impossibilitadas

pelo mercado ou pelo Estado, criando assentamentos “sem ordem nem lei”, irregulares, que se estabeleciam em áreas de mananciais protegidas ou impróprias, reproduzindo as fragilidades e os desastres. Na outra ponta, um centro equipado, valorizado e com grande oferta de empregos e serviços qualificados. É nesse contexto que se dá o confronto entre a propriedade fechada e sem uso aguardando valorização, a possibilidade de moradia de baixo custo, e os projetos de renovação que expulsam a população local de renda mais baixa. Aqui, portanto, diferenciam-se teorias estabelecidas para os países do Norte e do Sul, para regiões avançadas e industriais ou pós, e aquelas regiões de baixo desenvolvimento. Os desníveis regionais não são apenas fenômenos internacionais, mas também nacionais.

Esforços são realizados no sentido de aprofundar teorias da concentração geográfica da atividade econômica. As cidades são percebidas como lugares onde intercâmbios materiais e imateriais acontecem, onde redes das mais diversas formas e conteúdos se estabelecem em fluxos contínuos, endógenos e exógenos. São lugares onde a inovação acontece, produzindo informação e conhecimento. Mas essas cidades também têm suas redes de hierarquias, estruturadas no sentido centro-periferia.

Atualizando o tema

No período recente, um número crescente de economistas tem voltado sua atenção para esse fenômeno e, num sentido mais amplo, para os seus impactos no que se refere ao desenvolvimento regional. Desde o início dos anos 90, a Nova Geografia Econômica (NGE) tem balizado teoricamente vários estudos sobre as estruturas regionais e urbanas. Como afirmaram Fujita, Krugman e Mori²¹, as cidades têm ampliado sua importância como unidades básicas dos sistemas econômicos internacionais.

Desde o final dos anos 1990, a desigualdade de renda, medida pelo coeficiente de Gini, tem aumentado em quase metade dos países em desenvolvimento, mas a tomar os indicadores elencados por Joseph Stiglitz²² em seu último livro, o país mais rico do mundo, os Estados Unidos, também tem ampliado a desigualdade entre a sua população.

O prêmio Nobel²³ fala sobre o crescimento da desigualdade de renda e da riqueza nos Estados Unidos nos últimos trinta anos. Diz ele, logo no prefácio, e em tom quase bombástico que “existem momentos na História quando as pessoas em todo o mundo parecem levantar-se para dizer que algo está errado”. Seus

21 FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; MORI, T. On the evolution of hierarquical urban systems. *European Economic Review*, v.43,p.209-251, 1999.

22 SITGLITZ, Joseph, *The Price of Inequality. How today's divided society endangers our future*, New York, W.W.Norton & Company, 2012, p. ix:2:3.

23 COSTA LIMA, Marcos (2013), “Reflexionando sobre Globalización y el Nuevo Orden Mundial”. Ciudad de Buenos Aires: Puente@Europa, Año XI, nº 1/Centro de Excelencia Jean Monnet, Universidad de Bologna, Representación en Argentina

dados são contundentes sobre os efeitos de políticas econômicas que geraram desigualdade de renda e riqueza nos Estados Unidos após os anos 1980, que há trinta anos atrás os 1% das maiores rendas entre os americanos recebiam *apenas* 12% da renda nacional e, em 2007, passaram a perceber 65% do total do ganho nacional dos rendimentos. A renda de um trabalhador masculino típico de tempo integral estagnou por mais de um terço de século.

Como afirmam Dunford e Yeung²⁴, há mais de 200 anos, vêm aumentando, de modo geral, as desigualdades econômicas mundiais. Para os dois autores, o motivo das divergências globais está em que muito poucas economias na busca de modernização econômica e social atingiram um crescimento sustentado. Mais recentemente, a ascensão da Ásia representou um passo importante na reconfiguração do desenvolvimento global, justamente porque uma série emergente de macroeconomias de mercado conseguiu fugir ao Consenso de Washington. Uma das razões para tanto foi, graças à maior integração global, um aumento acentuado na força de trabalho mundial. Uma segunda razão, e mais importante, foi o fato de, na Ásia, devido às desvalorizações competitivas, ter alcançado fortes surtos de exportação e a transformação em devedores de uma série de países que, antes, eram credores. O argumento central dos autores é que, com toda a probabilidade, o grupo das economias emergentes, em especial a China, vai sustentar as suas recentes vantagens de crescimento no contexto de um crescimento global, agora com um ritmo mais lento.

No mundo ocidental, um conjunto de estratégias destinado a restaurar o crescimento sustentado tem-se mostrado insuficiente, e a recente crise econômica produzirá um impacto negativo ainda maior e mais renitente no mundo desenvolvido por não haver, no horizonte, qualquer modelo alternativo de crescimento. A China, por seu turno, tem o potencial de sustentar taxas relativamente altas de crescimento ainda por muitos anos. Para isso, ela precisará, no entanto, alterar profundamente o seu modelo de desenvolvimento. Se assim o fizer, e se outras grandes economias asiáticas, em conjunto, talvez, com países como a Índia, a Rússia e o Brasil, que constituem os grupo “BRIC”, continuarem crescendo, esses países emergentes deverão liderar o crescimento mundial. Se assim ocorrer, dentro de 25 anos, a Ásia poderá responder por 66% do PIB mundial. Caso consiga, terá de fato revertido a discrepância criada pela Revolução Industrial, pelo colonialismo e pelo imperialismo. Por certo as desigualdades de renda per capita se manterão ainda por um período maior, mas a relação centro-periferia passará por substantivas alterações.

A crise mundial iniciada em 2008 tem provocado perplexidades e alterações na compreensão dos fenômenos globais. As desigualdades econômicas

24 DUNFORD, Michael; YEUNG, Godfrey, “Towards global convergence: Emerging economies, the rise of China and western sunset?”. 2011 18: 22, November, *European Urban and Regional Studies*. Sage.

e de toda a natureza fazem com que ainda 1,57 bilhão de pessoas vivam em estado de “pobreza multidimensional”²⁵. De todo modo, a partir das grandes transformações ocorridas nos países emergentes, liderados pela China, se novas concepções ainda se valem da concepção centro-periferia, com complexidades redobradas, uma questão se impõe: em que medida as realidades contidas no contexto das relações Norte-Sul, ou dos centros e periferias serão alteradas, junto com as suas interpretações?

25 PNUD (2013), Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. A Ascensão do Sul. Progresso Humano num mundo diversificado. United Nations Development Programme.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Samir (1967), *Le développement Du capitalisme em Côte-d'Ivoire*, Paris : Ed. De Minuit.

CHASE-DUNN, Christopher (2007), *Encyclopedia of Sociology*. Edited by George Ritzer. London: Blackwell.

COSTA LIMA, Marcos (2013), “Reflexionando sobre Globalización y el Nuevo Orden Mundial”. Ciudad de Buenos Aires: Puente@Europa, Año XI, nº 1/ Centro de Excelencia Jean Monnet, Universidad de Bologna, Representación en Argentina

_____ (2011), *Região e desenvolvimento no capitalismo contemporâneo. Uma interpretação crítica*. São Paulo: Ed. UNESP.

_____ (2008) “Revisitando a Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado”. Rio de Janeiro: Contratempo Editora e Centro Internacional Celso Furtado..

DUNFORD , Michael; YEUNG, Godfrey (2011), “Towards global convergence: Emerging economies, the rise of China and western sunset?”. *European Urban and Regional Studies*. November, Sage.

EMMANUEL, Arghiri, (1969), *L'échange inegal. Essai sur les antagonismes dans lês rapports économiques internationaux*, Paris: Maspero.

FIORI, José Luis,(2001), “Sistema Mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano”. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Orgs.) *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes

FUJITA, M.; KRUGMAN, P; MORI., T (1999), “On the evolution of hierarquical urban systems”. *European Economic Review*, v.43, p.209-251.

FURTADO, Celso (1976), *Prefácio a Nova Economia Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra,

_____ (1983), *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural.

_____ (1998), *Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra.

_____ (2000) *Introdução ao Desenvolvimento*. Enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GUNDER FRANK, A, (1966), *The Development of Underdevelopment*. Monthly Review Press.

HIRSCHMAN, Albert, (1958), *The Strategy of Economic Development*: Yale University Press.

MYRDAL, G. (1957), *Economic Theory and Underdeveloped Regions*, Harper and Row.

PERROUX, François, (1969), *L'économie du XXème Siècle*, Paris:PUF.

PNUD (2013), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. A Ascensão do Sul. Progresso Humano num mundo diversificado*. United Nations Development Programme

PREBISH, Raúl, (1949), “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas” , CEPAL.

_____ (1964), *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964..

ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. (1943), “Problems of Industrialization of Eastern and South-eastern Europe.” *Econ. J.* 53, 202-11, June-September.

SITGLITZ, Joseph, (2012), *The Price of Inequality. How today's divided society endangers our future*, New York, W.W.Norton & Company.

WALLERSTEIN, Immanuel, (1974), *The Modern World-System, vol. I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York/London: Academic Press.

W.W. Rostow, (1958), *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto* (Cambridge: Cambridge University Press.

Recebido em Abril de 2015

Aprovado em Maio de 2015